



EXCLUSÃO SOCIAL, DEFICIENTES FÍSICOS E POLÍTICA HABITACIONAL

Eduardo Antônio Rodrigues André (eandre091@gmail.com)

Este trabalho tem objetivo abordar as questões de exclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência física, trazendo a identidade tanto individual quanto coletiva desse grupo historicamente excluído pela sociedade. Analisar a invisibilidade e exclusão, fazendo analogias com políticas habitacionais, para conseguir chegar em um movimento mútuo do Estado e da sociedade para com esse grupo e por meio de luta, uma possível concretização da acessibilidade, pois é a partir dela que ocorre a efetivação da inclusão desses indivíduos na cidade de Dourados-MS. Sucedeu-se a escolha deste tema visando observar a adequação das necessidades de acessibilidade de pessoas com deficiência física em uma cidade média, tratando da exclusão vivenciada por esse grupo e sendo produzida e reproduzida pelo Estado. Devido a pandemia, ficou impossibilitado a realização do trabalho de campo. Como metodologia, fizemos um levantamento teórico em artigos, revistas, entrevistas, notícias e livros a fim de captar a realidade vivida por esse grupo e checar os pontos controversos em comparação com projetos e leis cedidos pela Prefeitura e também analisar as necessidades enfrentadas, construindo um debate sobre a acessibilidade e a segregação dos deficientes físicos. A partir da pesquisa teórica e análise de notícias da cidade de Dourados-MS, foi possível observar quais dificuldades e da população com deficiência física. A segregação e exclusão vivenciada por essas pessoas é extremamente perversa, sendo subjugados e excluídos da sociedade, sendo o próprio Estado o maior violador de direitos, acabando assim, por reproduzir o processo de exclusão. O cenário encontrado é uma violação dos direitos de pessoas com deficiência, pois não há quaisquer infraestruturas que garante a acessibilidade, mesmo com a lei Federal n.10.098, os requisitos básicos estabelecidos não são atuantes, sendo assim, uma política pública, como o PMCMV e SUS não garantem os direitos e necessidades previstos por lei, onde não há suporte necessário para a inclusão dessa pessoa na sociedade. A questão habitacional, reflete diretamente a exclusão vivida por deficientes físicos. A concentração desse grupo em áreas afastadas, por não serem inseridos no mercado de trabalho, é crucial na discussão da segregação socioespacial. As moradias de péssima qualidade em áreas periféricas, no qual as políticas habitacionais não dão suporte necessário, tira o direito à moradia digna, sendo assim, abandonada pelo Estado, ficando a mercê de sua própria força de trabalho para sobreviver. Para o capital, com apoio do Estado, deficientes físicos são supérfluos e não contribuem em nada a analogia de acumulação. A exclusão se torna intrínseca à sociedade e não apenas ao Estado Capitalista, o deficiente físico se torna um "obstáculo", não apenas excluindo o mesmo, mas fazendo com que se torne invisível em nosso meio.

Agradeço a UFGD pela bolsa de iniciação científica concedida.